



A Ditadura Militar nos livros didáticos: História e memória nos manuais de ensino de 1976 e 2016.

ELLEN NATUCHA PEDROZA BEZERRA¹

Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa iniciada no Mestrado ProfHistória que visa analisar as narrativas da ditadura militar em livros didáticos publicados em 1976 e 2016, com vistas a compreender as tensões e disputas em torno da memória e do esquecimento desse passado sensível evocado nos manuais de ensino em diferentes temporalidades. Portanto, pretendemos investigar como a ditadura é abordada nos livros brasileiros, buscando compreender, nas narrativas destes, os jogos e as tensões ensejadas pelas lutas em torno da memória e do esquecimento.

Assim, identificamos quais acontecimentos são privilegiados, que memórias e personagens emergem com mais força na constituição desse período, nas dimensões do ensino escolar, considerando ainda outras questões, como: quem deseja recordar? Quais versões do passado ditatorial são registradas? O que foi esquecido ou silenciado? Por quê? Propomos também uma análise das imagens, textos e fontes, possíveis depoimentos de pessoas que, de alguma forma, foram vítimas da repressão militar. Investigaremos também se esses manuais de ensino tratam a arte produzida nessa época (artes plástica, música, cinema) e de que maneira integra a narrativa do autor. Buscamos também perceber se a Comissão Nacional da Verdade criada pela Lei nº 12.528/2011 está impactando de algum modo o conteúdo da Ditadura ou até mesmo se ela é mencionada nos livros didáticos do tempo presente.

Na análise proposta dividimos o trabalho em cinco partes. No primeiro momento realizamos uma discussão historiográfica a respeito do livro didático como importante instrumento do ensino e aprendizagem na educação escolar e como objeto de estudo que tem possibilitado discussões férteis nos últimos tempos, sobretudo a partir dos anos de 1990. No segundo momento realizamos uma discussão sobre os usos e abusos da memória e a questão do esquecimento no Brasil, com ênfase na ditadura militar. Na terceira parte desenvolvemos uma análise do Livro História do Brasil dos autores Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo de Assis Bastos, 1ª edição, editora Moderna, publicada em 1976. Na quarta parte realizamos um

¹ Mestranda no ProfHISTÓRIA pela Universidade Regional do Cariri - URCA, bacharel em Direito - URCA e professora de História do Ensino Médio na rede privada de ensino. E-mail: ellen_natucha@hotmail.com

estudo da narrativa da ditadura militar no Livro Didático História Global de Gilberto Cotrim, volume único, 11ª edição, editora Saraiva, publicada em 2016. Como quinta parte, concluímos refletindo sobre os efeitos do “esquecimento comandado”, a partir das contribuições teóricas postuladas por Paul Ricoeur.

O livro didático e o ensino e a pesquisa em História

O livro didático é um recurso instrucional para a efetivação do ensino e aprendizagem no ambiente escolar, cujo papel é revelado para além das suas propriedades pedagógicas, já que é carregado de valor ideológico, muito próprio do tempo em que é produzido. Na cultura escolar, o livro precisa ser entendido em sua complexidade, pois ocupa função de grande valor para o ensino, criando condições materiais para a ocorrência do processo de ensino e aprendizagem nas salas de aula. “O livro didático tem sido no dia a dia, das escolas, especialmente, em consequência das precárias condições de trabalho impostas ao professor, um instrumento quase definidor do mesmo.” (SAPELLI, 2005: 7).

Diante dos problemas enfrentados por muitas escolas no Brasil, o livro didático acaba determinando o conteúdo e estratégias de ensino, deixando de ser apenas um dentre outros tantos instrumentos utilizados pelo aluno e professor para a construção do saber escolar. Além disso, não em raras as hipóteses é a única fonte do aluno que não tem acesso ou interesse de realizar outras leituras.

O livro didático é um objeto cultural e um instrumento importante na escolarização. Contudo, a discussão é ampla, porque em seu entorno existe uma pluralidade de questões que estão envolvidas como a importância econômica para os setores ligados a sua produção, enquanto mercadoria, assim como o Estado como agente controlador e consumidor.

No caso do Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático foi criado em 1985, pelo governo federal, com a edição do decreto Lei nº 91.542 de 19 de agosto de 1945 e consiste na distribuição gratuita de livros para os alunos das escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país. O PNLD revela-se como o maior programa de livro didático do mundo que faz do Estado o maior comprador de livros no Brasil.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas destinados à distribuição de obras didáticas aos alunos da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil. Com isso, o PNLD traz diversas mudanças, como: indicação do livro didático pelos professores; reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; extensão da oferta aos alunos de 1^a e 2^a série das escolas públicas e comunitárias e fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE (Fundo de Apoio ao Estudante) e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores. O Programa tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários.²

Com relação às pesquisas acerca do livro didático, precisamos reconhecer que elas tiveram um significativo avanço, sobretudo a partir dos anos de 1990. Os temas analisados a partir de então, muito tem contribuído para pensar o ensino no Brasil, envolvendo várias questões como história do currículo e das disciplinas escolares, história cultural, história do livro e da leitura. Até a década de 1990, “os trabalhos acadêmicos brasileiros sobre o tema, publicados nos anos 1970 e 1980, não passavam de quase 50 títulos”. (MUNAKATA, 2012: 181). Contudo, em 1993, Circe Bittencourt defendeu sua tese sobre livro didático e esta significou um marco para as pesquisas nesse campo, já que ocorrera uma proliferação de estudos sobre o assunto.

Esse aumento de produções sobre o livro didático, por conseguinte, não foi um fenômeno ocorrido apenas no Brasil, uma vez que nos anos de 1990 foram organizados eventos específicos sobre o livro didático como o realizado na Universidade do Minho em Portugal, I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares: Manuais Escolares- Estatuto, Funções, História. A partir de então, outros eventos no Brasil também foram desenvolvidos como o Simpósio Internacional de Livro Didático: Educação e História, em São Paulo, em

² Acesso em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico>

2007. Com isso, projetos e núcleos de pesquisas foram se formando no Brasil nos programas de Pós Graduação de várias áreas como História, Letras e Matemática, dentre outras. O resultado desse processo de evolução das pesquisas sobre o livro didático é impressionante, como aborda Munakata, “são cerca de 800 trabalhos produzidos entre 2001 e 2011”³.

No Brasil, a tese de Circe Bittencourt, abordava o livro didático como política pública educacional, analisando uma série de questões como a produção editorial do livro para o mercado, sua inserção na escola, como instrumento a serviço do saber e da cultura escolar, sua relevância como suporte das disciplinas e os usos e práticas sobre esse material.⁴

Autores como Chervel e Chartier, desde os anos 70 desenvolvem discussões contundentes sobre currículo, disciplinas escolares, cultura escolar, história do livro e da leitura. Essas pesquisas recusam-se a pensar o livro a partir de um idealismo ingênuo, como se não houvesse as intencionalidades postas na materialidade do objeto (livro) que passa por toda uma seleção de textos, imagens, revisão que se configura em páginas. Portanto, o livro está submetido a uma indústria cultural que parte de um projeto editorial e recebe um formato com acabamento para ser distribuído, lido e compreendido pelo aluno.

Portanto, é preciso refletir também a quantidade de sujeitos envolvidos diretamente na produção do livro: autores, editores de texto, editores de arte, redatores, revisores, equipe de publicidade e marketing, etc. Outro aspecto que precisa ser observado é que essa mercadoria não é simplesmente posta no mercado à espera de um consumidor, já que sua produção é distribuída e, muitas vezes, regulada pelo Estado, que em determinados períodos assume a função de produzir um livro que propague uma ideologia oficial.

Os usos e abusos da memória e a questão do esquecimento

Nos últimos tempos, a memória, campo de estudo fértil e complexo, tem se revelado valioso para diversas áreas do conhecimento como a psicologia, a psiquiatria, a neurofisiologia e a biologia. Em termos de produção historiográfica, apresenta-se uma

³Para Munakata, é possível que tenha se produzido um número maior de trabalhos, diante da multiplicação dos eventos, periódicos acadêmicos e projetos que focalizam o livro didático que tornou ainda mais difícil registrar a totalidade das ocorrências.

⁴BITTENCOURT, Circe Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.

demasiada quantidade de trabalhos que tem se dedicado a problematizar, dentre outras questões, os impasses entre memória e esquecimento, sobretudo de “passados sensíveis”, como a ditadura militar, marcada por grande opressão política.

Nesse sentido, nas últimas décadas do século XX, tem ocorrido uma emergência da memória como campo de investigação, já que ela passa a ocupar uma posição central em termos políticos, culturais e sociais no Ocidente. O que foi denominado de “boom da memória” (HUYSSSEN, 2000: 14) em razão de uma profusão que se deu a partir dos anos de 1980 com a queda do muro de Berlim, fim das ditaduras na América Latina e fim do *apartheid* sul africano, como é ressaltado por Andreas Huyssen (2000). Tais acontecimentos deixaram memórias traumáticas que resultaram na alteração da dimensão de espaço e tempo, contribuindo para uma cultura de memória em escala global.

Essa “globalização da memória” (HUYSSSEN, 2000: 12) foi iniciada com o acontecimento traumático do Holocausto que impulsionou demasiadas ações memorialistas, inclusive a comercialização da nostalgia com a moda “retrô” e a obsessiva “automusealização” ocorrida nas últimas décadas.

Desde a década de 1970, pode-se observar na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus (que não mostra sinais de esgotamento), o boom da moda retrô e dos utensílios reprô, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com as suas difíceis negociações entre fato e ficção), a difusão das práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte e o aumento do número de documentários na televisão, incluindo, nos Estados Unidos, um canal totalmente voltado para a História: o History Channel. (HUYSSSEN, 2000: 14)

Nesse sentido, é de fundamental importância reconhecer que a memória opera com a seleção entre o que pode ser lembrado ou esquecido. Não é possível uma recordação total, pois a memória pressupõe o esquecimento, ou seja, uma necessária seleção do que vai ser lembrado e esquecido. Assim, tanto a memória como a História estabelecem uma seleção dos elementos considerados relevantes para a sua constituição. Portanto, há uma relação intrínseca

entre memória e poder em um jogo de forças que tem se mostrado bastante presente na dimensão historiográfica, jurídica e política.

No conto Funes, o memorioso de Jorge Luís Borges, o personagem, após um acidente foi colocado no limite da vida e da memória, não podia esquecer, assim, ao tornar-se o homem memória que nada selecionava foi consumido pelo peso de suas recordações. O que denota o quanto é insano, pensar na atualidade, numa possível recordação ilimitada de todo o passado. Diante disso, vislumbramos a necessidade de selecionar e ressignificar o passado, a partir do presente, atualizando-o.

Outra questão importante nessa discussão diz respeito aos abusos de memória, como aborda Andreas Huyssen, tanto em discursos nacionalistas que apelam para os mitos da história, a fim de legitimar atos de violência, quanto no apelo da moda “retrô” na música e na arquitetura que procura comercializar essa dimensão nostálgica no tempo presente. Assim, nas últimas décadas temos nos tornado colecionadores de um passado ilimitado que é armazenado sem seleção e sem um processo reflexivo acerca de uma importância em potencial dos registros que temos colecionado.

(...) Tornamo-nos colecionadores vorazes de bens culturais amparados pela quase ilimitabilidade de registros e formas de armazenamento. Constrói-se a quimera de um passado retido em todas as cenas capturadas pela máquina digital, filmadoras, scanners, gravadores, mp4, pendrives, palmtops, recursos apresentados em uma violência mercadológica impossível de ser acompanhada por qualquer vida humana.” (MENESES, Sônia, 2007: 126)

Confrontamo-nos no mundo moderno com uma absurda dificuldade de seleção que promove uma demasiada saturação de informações promovida nos últimos tempos por diversas narrativas que convivem, e, dessa forma, dialogam e duelam com as narrativas historiográficas. O que pode ser aparentemente considerado um antídoto contra o esquecimento, na verdade pode se revelar algo nocivo, já que a memória pressupõe esquecimento e tem ficado cada vez mais difícil realizar uma seleção daquilo que vai ser lembrado e daquilo que vai ser esquecido.

Contudo, o caráter seletivo da memória implica numa relação política de eleição e reeleição, significação e ressignificação, adição e subtração do que vai ser lembrado em

um dado momento sócio político, a fim de atender a determinados interesses. Assim, a memória pode ser uma arma política de luta pelas vítimas de guerras e de regimes autoritários contra a hegemonia do esquecimento, bem como pode implicar no silenciamento de grupos, oprimindo-os em determinados períodos.

A partir dessa discussão articulada por Paul Ricoeur de uma memória instruída pela História, uma denominada memória circular à História que muitas vezes a fere, problematizamos o passado emblemático da ditadura militar no Brasil. A questão do dever de memória que apela para uma política, como consequência da ressignificação do passado autoritário em tempos de redemocratização. O que impõe, por sua vez, uma busca pela verdade e justiça numa relação de disputa entre anistia e apuração dos crimes praticados pelo Estado autoritário.

Aqui se impõe duas questões que precisam ser analisadas: o dever de memória e os usos e abusos da memória e do esquecimento. A primeira situação diz respeito à reivindicação das vítimas de uma história criminosa, um apelo pela busca da verdade e da justiça. Uma noção de trabalho de luto que parte de uma dimensão moral e psicológica. Dessa forma, a História precisa virar a página do capítulo de repressão para escrever um novo capítulo de redemocratização superando um passado doloroso e traumático, marcado pela violência, tortura, prisões ilegais, mortes e desaparecimentos de pessoas que promoveram um grande sofrimento para as vítimas e familiares.

Contudo, o dever de memória coloca-se como um imperativo moral às gerações posteriores de fazer Justiça, numa relação de dívida histórica. O que é inseparável da noção de herança, numa dimensão prioritariamente moral que se estabelece, impondo reparações para aqueles que foram vítimas de derrotas e de humilhações: “Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” (RICOEUR, 2007: 101).

Análise do Livro Didático: História do Brasil, dos autores Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo Bastos, 1ª edição, publicada do ano de 1976.

No livro “História do Brasil” dos autores Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo Bastos, a ditadura militar é tratada como “República Contemporânea” e em nenhum momento na

narrativa construída no livro é utilizada a expressão “ditadura militar” ou “regime autoritário”. Os autores referem-se a esse período descrevendo resumidamente acontecimentos políticos e, em algumas situações, econômicos, dividindo-os em: “A Presidência do Marechal Castelo Branco (1964/1967); A Presidência do Marechal Costa e Silva (1967/1969)”.

O livro foi publicado em 1976 e, portanto só aborda os dois primeiros governos do regime militar, porém não narra nenhum processo de interrupção da democracia, pelo contrário descreve os governos militares na conjuntura do que é denominado de “República Contemporânea” na qual estão relacionados os Governos Dutra; Segundo Governo Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart sem atribuir, no entanto, nenhuma ideia de interrupção da República Democrática em 1964.

Ao tratar do golpe de 1964 que interrompeu o governo de João Goulart deflagrando os anos de ditadura, o livro utiliza a expressão “o movimento de março de 1964” e dar ênfase aos nomes dos militares que dele participaram: “A 31 de março de 1964, João Goulart foi deposto por um movimento político-militar, liderado pelos generais Luis Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho, apoiados por Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais” (p. 228). Não há nenhuma menção ao apoio da sociedade civil, assim a narrativa silencia o apoio de setores do empresariado e classe média brasileira, omitindo, por exemplo, manifestações de apoio ao golpe como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

A narrativa dos governos militares começa com “A Presidência do marechal Castelo Branco (1964-1967)” com o subtítulo “A Instituição da Nova Ordem” que descreve a “estrutura da nova ordem política administrativa”, narrando os conteúdos dos Atos Institucionais a criação do Plano Econômico do Governo (PAEG) e termina descrevendo uma lista de realizações do governo.

Com relação “A Presidência do Marechal Costa e Silva”, os autores narram as “diretrizes políticas e econômicas”. Ao sistematizar a decretação do Ato Institucional nº 5 é utilizada a justificativa de que o presidente “não tendo apoio na Câmara dos Deputados e nem mesmo do partido situacionista, a ARENA e não conseguindo autorização do Congresso para punir dois deputados que, segundo se afirmava, haviam agredido moralmente o governo e as Forças Armadas, Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968)” (p.231)

A resistência contra a ditadura militar não aparece na narrativa do livro didático em análise, como exemplo a Passeata dos Cem Mil de 1968, contra a morte do estudante Edson

Luis se quer é citada, assim também como todas as manifestações artísticas do período também são silenciadas. Já a Guerrilha é denominada de terrorismo em um texto de autoria de SOUR citado na narrativa: “Desenvolviam-se, contudo, atos de terrorismo, tais como arrecadação de fundos em assaltos a estabelecimentos bancários, industriais e comerciais; ataques a quartéis e postos policiais; libertações violentas de presos etc.” (p. 232). Outra constatação realizada foi que, embora os autores abordassem na apresentação do livro a importância de perceber a História do Brasil no contexto mundial, em nenhum momento estabelecem relações com a conjuntura da Guerra Fria ou com outros governos militares na América latina.

Com relação à resistência a ditadura, ela não aparece na narrativa, pelo contrário, a Guerrilha, como já analisada, é denominada de terrorismo pelos autores. Não há também o trabalho com fontes, não aparecem jornais da época, depoimentos, apenas são citados dois autores: Francisco Teixeira Dantas na página 228 e Roberto Sour na página 232. O primeiro trata do comício de 13 de março de 1964 de João Goulart dando a ideia de que o “movimento de março de 1964” teria sido consequência, pois “precipitou as forças oposicionistas”. O segundo descreve o afastamento em 31 de agosto de 1969 do presidente em razão de “uma crise circulatória com manifestações neurológicas” e, conseqüentemente a entrega do poder a uma Junta Militar. Na narrativa da Ditadura Militar do livro didático de 1976 não há imagens, exceto três fotos dos presidentes Marechal Castelo Branco, Marechal Costa e Silva e General Garrastazu Médici.

Análise do Livro Didático: História Global de Gilberto Cotrim, publicado em 2016.

No livro de autoria de Gilberto Cotrim a narrativa da ditadura militar encontra-se no capítulo 52 da última unidade intitulada “Governos militares”. Ela é iniciada com um texto que evidencia a interrupção da democracia e a limitação da liberdade dos cidadãos com a imagem de uma arte⁵ em madeira da época da ditadura que se relaciona ao texto. Em seguida apresenta dois questionamentos a fim de interpretar a crítica social e política na obra do artista plástico brasileiro.

O primeiro acontecimento selecionado pelo autor na construção da narrativa é o autoritarismo, como característica dos governos militares, citando um trecho do historiador

⁵ A arte é o “Objeto popular”, de 1966, de Pedro Geraldo Escosteguy. Acrílico sobre madeira pertencente à coleção Sérgio Fadel, Rio de Janeiro.

Boris Fausto que estabelece as diferenças entre o regime representativo no Brasil entre 1945 e 1964 e o regime militar. Logo em seguida, trabalha com o conceito de Ato Institucional e cita um dado da Comissão Nacional da Verdade: “cerca de 50 mil pessoas tiveram a cidadania violada durante a ditadura militar” (p.774). Assim como, também a criação da Comissão Nacional da Verdade: “criada por lei, em 2011, com o objetivo de apurar graves violações dos Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988.” (p. 774).

Durante toda a narrativa que segue a sequência dos governos dos cinco presidentes militares há o trabalho constante com imagens que fazem referência a arte denotando a crítica social e política da época. O autor apresenta uma tira⁶ de 1968 de Ziraldo que utiliza o humor para criticar a ditadura e a censura. Nessa perspectiva, também são selecionadas canções que protestam e que promovem uma percepção positiva dos governos, instigando o nacionalismo ufanista. A letra da música de Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei das flores”, aparece na narrativa com a expressão “interpretar fonte” e em seguida são apresentadas questões que solicitam do aluno a percepção do protesto nos versos e a pesquisa de outras canções que se manifestavam contra a ditadura militar. Assim também, a música “Eu te amo meu Brasil”, da dupla Dom e Ravel também é trabalhada mais a frente, no Governo Médici, também com a expressão “interpretar a fonte” acima da letra da música e uma breve alusão à intensa propaganda com slogans, típica deste governo. Portanto, o livro didático em análise trabalha com fontes, instigando à interpretação e a pesquisa na dimensão do ensino escolar.

Percebemos que a narrativa explica o envolvimento dos civis que apoiaram a ditadura, citando três grupos: “a burocracia técnica estatal (civil e militar), os grandes empresários estrangeiros e os grandes empresários nacionais.” (p. 774). Por isso, utiliza a denominação “ditadura civil- miliar”. Bem como, cita estudiosos para afirmar que o modelo adotado “conduziu à modernidade da economia, mas também à concentração de renda entre as classes altas e médias e também a marginalização da classe baixa”⁷. (p. 774)

O autor elabora um texto que segue a tradicional sequência dos governos, mostrando a trajetória política do Brasil ao longo dos cinco mandatos dos presidentes militares em 21 anos e finaliza fazendo um “balanço do avanço tecnológico e problemas sociais”. Nesse

⁶ Tira publicada no jornal Correio da Manhã, em 23 de junho de 1968. Faz parte do acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

⁷ PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no país. São Paulo: Brasiliense, 1972. P.223-230.

sentido, alguns temas são recorrentes como: os Atos Institucionais e seus conteúdos; as medidas econômicas de cada governo, protesto e propaganda. A Passeata dos Cem Mil integra a narrativa com uma imagem e uma breve explicação de que teria sido a maior manifestação pública contra o regime militar. Com isso, o autor procurou relacionar a crítica contra a ditadura com a crítica da sociedade atual elaborando uma questão posta abaixo da foto da Passeata dos Cem Mil de 1968: “Você conhece produções culturais que critiquem a sociedade atual? Pense em músicas, livros, filmes, charges, etc” (p.777). Também retrata a luta armada citando os líderes guerrilheiros Carlos Marighella da Ação Libertadora Nacional e Carlos Lamarca da Vanguarda Popular Revolucionária informando que eles e milhares de pessoas foram torturadas acusadas de subversão. Assim, cita um trecho do livro “Brasil: nunca mais” com denúncias de crimes praticados pelos órgãos de segurança do governo. Para retratar a propaganda no governo Médici, o autor destaca a vitória na copa de 1970 que contagia o Brasil pela emoção, com um texto que aborda e questiona a contradição na realidade brasileira no período da ditadura.

A partir da falência do “milagre econômico” com a crise do petróleo em 1973, o autor vai narrando “o lento caminho da abertura política” no Governo Geisel com as dificuldades econômicas, a revogação do AI 5 e no Governo Figueiredo com o movimento sindicalista, Lei de Anistia, fim dos bipartidarismo, crise econômica e eleições para governador.

Cotrim conclui a narrativa sobre a ditadura militar elaborando um resumo da situação socioeconômica do país com “as grandes conquistas modernizadoras desses 21 anos que se situaram principalmente nos setores de infraestrutura: comunicações, energia e transportes”. (p. 788). E ainda criticando, contudo problemas na área social em setores de educação, saúde, alimentação, transporte e emprego que “permaneceram iguais ou se agravaram”. (p.788), apresentando, por exemplo, dados quantitativos que ilustram em uma tabela⁸ a exorbitante concentração de renda no Brasil no final da ditadura militar.

Considerações finais

Essa discussão acerca da História e memória tem se revelado valiosa e desafiadora, no sentido de problematizar os elementos seletivos da memória, uma vez que precisamos de lugares para depositá-la, como assinala Pierre Nora, que são referenciais de memória. Nessa

⁸ Fonte da tabela: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

perspectiva, refletimos o livro didático como um instrumento que pode significar um lugar de memória, com seus textos e imagens que representam e evocam um passado que não foi vivido pelo aluno, no entanto ele pode se sentir envolvido e integrante àquele momento ou a um determinado grupo, construindo inclusive laços de identidade.

Nesse sentido, a letra da canção de protesto contra a ditadura militar, a imagem da Passeata dos Cem Mil, a arte que reivindicava o cerceamento das liberdades podem permitir que o aluno evoque a memória de um passado. Embora não tenha vivido aquele momento, o referencial pode aproximá-lo, envolve-lo e contribuir para que elabore uma produção de sentidos. Portanto, à luz de Aleida Assmann, refletimos o livro didático como armazenamento externo de organização da memória cultural dos anos de ditadura, reconhecendo que sem esses armazenamentos não seria possível construir uma memória capaz de transpor gerações.

Durante a ditadura militar, muitas narrativas também não podiam ser construídas e muitas questões não podiam ser refletidas e ficaram à espera das mudanças políticas. Assim, uma discussão livre sobre o regime autoritário só foi realizada, a muito custo, com a transição democrática. Contudo, é necessário analisar que a justiça transicional precisa oferecer mecanismos para a reparação das graves violações aos direitos humanos decorridos de períodos autoritários com medidas que promovam na esfera política, jurídica e social a verdade, justiça e reparação para apaziguar a cólera e recuperar, até certo ponto, os traumas de um regime repressivo.

Porém, nem sempre esses três estágios desenvolvem-se de maneira harmônica como descrito anteriormente. Como no caso do Brasil que os agentes do autoritarismo do Estado não foram sequer julgados pela violência cometida, muito menos foram punidos. A reparação das vítimas pode ter ocorrido em certa medida pelos discursos homologados nas narrativas historiográficas, mas sem nenhuma atuação judiciária, o que configura um enorme silenciamento do Estado.

Temos uma grande profusão de pesquisas e levantamentos documentais sobre a tortura, dentre eles o realizado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo que resultou na elaboração do livro “Brasil: nunca mais”, publicado em 1985. Porém, na dimensão jurídica e política dos anos de 1980 e 1990 não ocorreram esforços no Brasil para

responsabilizar o Estado pelas violações durante a ditadura militar. Os governos democráticos após 1985 não se empenharam na luta pela verdade, justiça e reparação das vítimas do regime autoritário.

Porém, quando se trata da historicização do passado ditatorial no Brasil, surge uma complexa questão: Quais foram as políticas de abertura de arquivos e reconstituição de testemunhos que contribuíram com o direito a memória (verdade, justiça e reparação)? Essa questão nos faz refletir que no Brasil a ditadura foi consolidada, sob o aspecto da institucionalização da repressão com a manutenção de aspectos legais de um suposto regime democrático. Havia o funcionamento do Congresso Nacional, a alternância de presidentes e eleições que disfarçavam com um aparato legal a repressão, constituindo uma falsa percepção de normalidade. Além disso, ocorreu à extensão do regime ditatorial e um lento processo de abertura democrática constituída pelos próprios militares, nos dois últimos governos, após a crise do petróleo de 1973.

Embora a oposição tenha efetuado algumas conquistas foram os militares que ditaram a passagem do regime com uma distensão “lenta, gradual e segura” numa verdadeira abertura democrática “pactuada”, isto é, planejada pelos próprios agentes autoritários. Foi à própria ditadura brasileira, com a crise econômica, política e social que realizou o processo de transição para o regime democrático, conservando alguns graus de privilégios e manutenção no poder de políticos que participaram ou apoiaram o regime.

A anistia no Brasil, embora tenha sido resultado de um confronto entre diferentes demandas, estabeleceu nos termos da Lei 6.683/1979 as pretensões do governo. Havia diversos comitês brasileiros pela anistia unindo intelectuais, estudantes, advogados, sindicatos e organizações da sociedade civil. Como por exemplo, a Comissão de Justiça e Paz, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, a Anistia Internacional e o Movimento Feminino pela Anistia. Esta luta esteve relacionada às denúncias das violações dos direitos humanos, pelo esclarecimento de morte, torturas e desaparecimentos, inclusive a responsabilização do estado e seus agentes e, consequentemente a reparação das vítimas.

No entanto, a lei aprovada pelo Congresso Nacional, em 28 de agosto de 1979, no governo do último presidente militar João Figueiredo, selava o esquecimento amplamente desejado e favorável aos agentes do Estado terrorista. Isso se deve ao fato da lei ser elaborada antes da extinção do regime, quando os militares preparavam uma transição para um governo civil. O texto da Lei, dessa forma, silencia à busca pela verdade, justiça e reparação às vítimas e parentes pelos danos causados pelo Estado repressivo.

Nesse sentido, Ricoeur denomina “esquecimento comandado” a memória obrigada que decorre da anistia, instrumento político que visa, em nome da paz cívica, promover a suspensão dos processos em andamento, perdendo e esquecendo os crimes cometidos pelos agentes do Estado autoritário. Contudo, a anistia possui uma relação com a amnésia já que promove o apagamento, segundo Ricoeur (2007), dos crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado. A anistia, para romper com a violência que afeta a ordem política e paz civil, produz uma espécie de terapia emergencial que inviabiliza a verdade. A extinção da punibilidade, por sua vez, apaga a memória e finge que nada aconteceu. “Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido.” (RICOEUR, 2007: 460).

Apenas em 2011 foi criada, pela Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade no governo da presidente da República Dilma Rousseff, uma das vítimas torturadas pelo regime repressivo. A CNV tem o objetivo de “apurar graves violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. Passados quase trinta anos do fim da ditadura militar, a Comissão Nacional da Verdade foi instituída em maio de 2012 para investigar os crimes cometidos por agentes do Estado contra os cidadãos que lutaram contra o autoritarismo do regime militar.

Essa comissão composta por uma vasta equipe de pesquisadores tinha o prazo de dois anos estendidos por dois anos e meio para a elaboração de um relatório que foi entregue em 10 de dezembro de 2014, dia Internacional dos Direitos Humanos. A CNV não tem a função de punir ou indiciar criminalmente aqueles que violaram os Direitos humanos, mas teve uma função de enorme valor de colocar o tema da história e memória da repressão nos anos ditatoriais em pauta numa sociedade tão marcada pelo esquecimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

SILVA, Francisco de Assis e Pedro Ivo de Assis Bastos. *História do Brasil: Colônia, Império e República*. São Paulo: Editora Moderna, 1976.

COTRIM, Gilberto. *História Global*. São Paulo: Saraiva, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar**. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa**. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil**. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. cap. 4, p. 271-296.

SAPÉLI, Marlene Lucia Siebert (org.). **Livro didático: a serviço de que?** Cascavel: Assoeste, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SAMANTHA, Vis Quadrat, Denise Rollemberg. **História e memória das ditaduras no século XX**. V.1 e 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: aeroplano, 2000.

MENESES, Sônia M. Silva. A “musealização” do presente: Mídia, memória e Esquecimento, questões para pensar história hoje. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan/jun. 2007.



NORA, Pierre. **Entre Memória e História.** A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol. 10, 1993.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.12, n. 3, set/dez.2102.